

## A LEITURA NOS DEBATES DA HISTÓRIA CULTURAL

JOÃO LUÍS LISBOA

Em Julho de 87, numa das mais polêmicas intervenções do Congresso Internacional da SIEDS, Furio Diaz afirmava, em mesa redonda, achar muito produtivo o que tem sido feito sobre a história da leitura, embora pessoalmente continuasse mais interessado na «Grande História». Estava então em causa o apuramento das condições de existência das casas editoras, o seu interesse pelos sucessos comerciais hoje esquecidos, ou pela edição mutilada de obras de impacto, as suas estratégias, as suas margens de lucro, os gostos do público leitor setecentista. Uma noção como a de «Grande História» (pressupondo a preferência do estudo da obra de Raynal e Rousseau ao das simplificadas reproduções «piratas» que os vulgarizaram no séc. XVIII) não podia deixar de provocar reacções imediatas. Mas outras perguntas se justificam: o que é, então, a história da leitura, e qual a importância de um debate destes, num congresso como o realizado pela Sociedade Internacional para o Estudo do Século XVIII?

Tem-se-lhe chamado também «história do livro». Na sequência de tradições antigas da erudição bibliográfica, as histórias do livro existem há quase um século, acompanhadas **pela história da imprensa.**



O livro começa por ser um objecto de classificação, monumento da árvore do conhecimento e das artes. Uma biblioteca será a árvore, as estantes serão os ramos e, cada livro, um fruto saído do gosto e necessidade taxonómicos oitocentistas. Ao mesmo tempo, o livro é um objecto produzido. E a existência de tipógrafos e encadernadores foi desde o século passado algo que interessou os eruditos. É a busca dos momentos originais que justifica em grande medida este interesse: quem foram (famílias, proveniências, personalidades), onde ficavam (bairros, edifícios), como procediam os primeiros impressores? Daí que a atenção fosse essencialmente dirigida para o Renascimento, e que os séculos ulteriores aparecessem mais como elementos de uma genealogia (^). A par, desenvolvia-se o interesse mais antigo pelos suportes das escritas passadas (materiais, processos de fabrico, marcas de água, por exemplo), estudo que, no entanto, era secundarizado pelo dos códigos e normas da documentação manuscrita.

Mais recentemente (ainda na primeira metade do nosso século), o livro passa a ser visto também como objecto de comércio, com os seus circuitos, o seu transporte, os seus mercados, os seus custos, os seus números de edição e venda(^). Completa-se aqui um ciclo da história do livro. Nestes focos de interesse, ainda hoje cultivados com proveito geral, se veriam desenhados os ascendentes da «pequena história» deste «pequeno» objecto, actividade para além da qual ficaria a história da literatura e a história das idéias. A própria história da censura, já merecedora de atenção por parte dos eruditos liberais e republicanos, e que nos nossos dias ganhou projecção com o gosto pelos objectos «marginais», era essencial-

---

(1) Ver, por exemplo, Albert Cim, *Le livre: historique, fabrication, achat, classement, usage et entretien*, 5 vols., Paris, Flammarion, 1905-1908; além de numerosos artigos do *Arquivo de Bibliografia Portuguesa* nos anos 50 e 60, exemplo recente para Portugal é Artur Anselmo, *Origens da Imprensa em Portugal*, Lisboa, INCM, 1981.

(2) Ver, Marjorie Plant, *The English Book Trade. An Ecotomic History of the Making and Sale of Books*, Londres, 1939.



mente vista como uma história de idéias políticas e religiosas Q).

Excepcional, na tradição mais remota dos estudos sobre o livro, foi o levantamento feito por Daniel Mornet onde, pela primeira vez, se quantificava o fenómeno literário, a partir dos títulos das edições (\*)•

«História do livro» é, assim, uma denominação que marca limites onde não se reconhecem muitos dos que trabalham hoje neste domínio, sobretudo a partir do momento em que, na sequência de *Vapparition dti livre* (^), foram redefinidas as possibilidades de tratamento do impresso como objecto. O livro passava a constituir um testemunho das sensibilidades colectivas, os seus assuntos e as formas do seu desenvolvimento e frequência procliravam ultrapassar a consideração individual. Já não interessava apenas o que havia de inovador num escrito, mas o que ele podia transmitir sobre os valores, as mentalidades, as formas de comunicação de uma dada comunidade.

Mas a idéia de uma história da «leitura», se se entende por esta expressão uma história do acto de ler, não é isenta de riscos. As perguntas «o quê?», «quem?», e «como?», apresentam dificuldades óbvias. As existências, a circulação, a proibição ou até a própria referência cruzada não são, por si só, provas de uma leitura efectiva. Por outro lado, a situação da escolaridade e a alfabetização na Europa pré-industrial levantam o problema do peso social da leitura. Daí, não ser estranho o interesse que vários dos qLie se têm dedicado ao livro mostram pela alfabetização. Veja-se o que sobre o assunto publicaram François Furet e Jacques Ouzouf, Jean Queniat,

---

(3) Um exemplo clássico é o de J.-P. Belin, *Le commerce des livres prohibés à Paris de 1750 à 1789*, Paris, 1913.

(\*) D. Mornet, «Les enseignements des bibliothèques privées (1750-1780)», *Revue d'histoire littéraire de la France*, 17, 1910, pp. 49-192.

(5) Lucien Febvre e Henri-Jean Martin, *UApparition du livre*. Paris, Albin Michel, 1971 (1.ª ed. 1958).



Roger Chartier e Dominique Julia, entre outros C). Algumas conclusões sobre a realidade da alfabetização, extraídas da capacidade ou não de deixar uma assinatura em documentos paroquiais, são hoje postas em causa. No entanto, é um dado adquirido a importância que a comunicação escrita ganhou no final do antigo regime, na Europa. Daniel Roche apresentava mesmo a cidade do séc. XVIII como um livro aberto onde o escrito tinha passado a ser parte do dia a dia do seu habitante, com as suas tabuletas, os seus panfletos, os seus anúncios (O-

Apesar de formulações diferentes, pode dizer-se que o estudo da leitura tem procurado estar para além do nível das verdades positivas e da reconstituição de objectos, para tentar a reconstituição de práticas e representações.

Discutir uma definição é o que menos interessa. No entanto, a partir das tentativas de definir um domínio, procura-se ir mais longe na compreensão dos contornos do livro enquanto objecto e testemunha de si próprio (e não apenas testemunha de realidades factuais e textuais). Que caminhos têm seguido estes estudos? Se nos reportarmos à tradição criada nas últimas décadas e, até há pouco, comumente aceite, veremos a investigação inglesa, mais empírica, mais agarrada ao estudo de «casos», privilegiando a bibliografia material e a circulação do livro. Em contrapartida, a investigação que tem tomado a França como referência teria desenvolvido uma história do livro saída da história literária, da história das idéias e da história das mentalidades, procurando captar imagens de con-

---

(⇔) R. Chartier, M. M. Compère e D. Julia, *UEducation en France du seizième au dix-huitième siècle*. Paris, SEDES, 1976; F. Furet e J. Ouzouf, (dir.), *Lire et écrire. L'Alphabétisation des français de Calvin à Jules Ferry*, 2 vols., Paris, Minuit, 1977; Jean Queniat, *Culture et sociétés urbaines des 1a France de l'ouest au XVIIIème siècle*, Paris, Klincksieck, 1978.

(^) *Le peuple de Paris, essai sur la culture populaire au XVIIIème siècle*, Paris, Aubier/Montaigne, 1981.



junto, num percurso onde a quantificação teve um papel fundamental (^).

Hoje estas imagens não conservam rigor. Correspondem, todavia, em grande medida, à forma como este domínio vê o seu próprio percurso. A quantidade e repercussões do trabalho feito justificaram o início de uma historiografia própria. Crê-se ter chegado já o tempo de reflectir sobre a obra feita desde Lucien Febvre e Henri-Jean Martin, passando pelo inquérito colectivo dirigido por François Furet, nos anos sessenta, pelos monumentos da estatística bibliográfica (não necessariamente identificável com a história serial do «terceiro nível»), pelas monografias de base regional, chegando-se às grandes tentativas de síntese (^).

Em Portugal, neste domínio, além dos clássicos artigos de Bonnant sobre a imprensa genebrina na Península ("), os

---

(s) Por exemplo, Raymond Birn, «*Livre et société after ten years: formation of a discipline*», *Studies on Voltaire and the Eighteenth Century*, 151, 1976, 287-312 e, «*Le livre ancien français dans la recherche nord-américaine*», *Revue française d'histoire du livre*, 46 (16), 1977; de Nicholas Barker, «*Les travaux récents d'histoire du livre en Grande Bretagne*», *Revue française d'histoire du livre*, 46 (16), 1977; de Wallace Kirsop, «*Literary history and book trade history: the lesson of Uapparition du livre*», *Australian Journal of French Studies*, 16, 1979, 5-30; de John Feather, «*Cross-channel currents: historical bibliography and Histoire du livre*», *The Library*, série 6, 2, 1-15; e de G. T. Tanselle, «*The history of books as a field of study*» in *The Second Hames Lecture Chapei Hill*, Academic Affairs Library Univ. North Carolina, 1981, e também vários trabalhos de Henri-Jean Martin, Robert Damton e Roger Chartier.

(9) Nota (5) e H.-J. Martin, *Livre, pouvoirs et société à Paris au XVIIème siècle*, 2 vols., Genève, Droz, 1969; François Furet (dir.), *Livre et société dans la France du XVIIIème siècle*, 2 vols., Paris/Haia, Mouton, 1965/1970; exemplo de grande confiança na estatística bibliográfica é Robert Estivais, *La statistique bibliographique de la France sous la monarchie du XVIIIème siècle*, Paris/Haia, Mouton, 1968; exemplo de estudo de base regional é Jean Queniat, cit. nota (6); uma obra de síntese é a de Henri-Jean Martin e Roger Chartier (dir.), *Histoire de l'Édition française*, 4 vols., Paris, Promodis, 1983-86.

(1º) Entre outros, refira-se, «*La librairie genevoise dans la Péninsule Ibérique au XVIIIème siècle*», *Genava*, 1961/62, pp. 103-124.



principais trabalhos de investigação, foram realizados, desde princípios dos anos sessenta por Maria Adelaide Salvador Marques e, mais recentemente, por Manuela D. Domingos, com base em fontes diferentes (documentação da Real Mesa Censória e catálogos de gabinetes de leitura, respectivamente) <sup>(1)</sup>. Mas a principal prova da repercussão da pesquisa francesa entre nós, particularmente na descoberta de problemáticas e métodos, são dois artigos de Jorge Borges de Macedo e de Francisco da Gama Caeiro <sup>(2)</sup>. Enquanto este autor faz uma apresentação de fontes (documentação do editor Rolland), falando das potencialidades do seu estudo, Borges de Macedo aplica o inquérito a dados quinhentistas, quantificando-os. Neste sentido, constitui uma exceção, num campo que passou a ser quase totalmente dominado pelo estudo dos séc. XVIII a XIX.

Neste percurso, eis chegado o momento das tradições e das compilações de ensaios e artigos — de certa forma uma consagração. Ao longo dos anos oitenta, tanto Roger Chartier, como Robert Darnton, mais recentemente Daniel Roche <sup>(3)</sup>, editaram as suas compilações. Ao mesmo tempo, Darnton, que já escrevia em revistas francesas desde o início dos anos

---

(1) Maria Adelaide Salvador Marques, *A Real Mesa Censória e a Cultura Nacional, aspectos da geografia cultural portuguesa do séc. XVIII*, Coimbra, 1963 e «Pombalismo e cultura média — meios para um diagnóstico através da Real Mesa Censória», *Brotéria*, 115, 1982, pp. 181; Manuela D. Domingos, *Estudos de Sociologia da Cultura, livros e leitores do século XIX*, Lisboa, IPED, 1985.

(2) Borges de Macedo, «Livros impressos em Portugal no século XVI: interesses e formas de mentalidade» in *Arquivos do Centro Cultural Português*, 9, 1975, pp. 183-221; Gama Caeiro, «Livros e livreiros franceses em Lisboa nos fins de setecentos e no primeiro quartel do século XIX», *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, 35, 1980, pp. 139-167.

(3) Chartier, *Lectures et lecteurs dans la France d'Ancien Regime*, Paris, Seuil, 1987; Darnton, *The Literary Underground of the Old Regime*, Harvard Univ. Press, 1982; D. Roche, *Les Républicains des lettres*, Paris, Fayard, 1988.



sententa, era «descoberto» pelas editoras francesas (e pelo público) entre 1982 e 1985 (").

Quanto às publicações em língua portuguesa, à excepção da recente reunião de estudos de Chartier, *A História Cultural, entre práticas e representações* Q^), Darnton apenas começou a ser traduzido no Brasil (1986 e 1987) C).

Regressaremos a problemas levantados nestes textos. Entretanto, o que nos diz a sucessão de reuniões onde estes temas são abordados?

O facto de, desde o 4.º Congresso da SIEDS, realizado em 1975, a história da edição e venda do texto impresso ter uma secção própria é esclarecedor da posição conquistada, pelo menos no que diz respeito ao séc. XVIII. Pisa e Bruxelas foram marcos de consolidação e, em Budapeste, o 7.º Congresso constituiu o ponto mais alto deste percurso.

Por um lado, a referência ao trabalho dos que se dedicam à história da leitura esteve presente numa mesa redonda sobre edição e luzes e em várias secções (a escrita como veículo

---

(14) Depois de, em 1982 (três anos após a edição nos EUA), o seu livro sobre a *Encyclopédie* ter sido um sucesso em França, é lançada *Bohème littéraire et Révolution* (1983 em França, 1982 nos EUA), descobre-se *La fin des Lumières* (1984 em França, 1968 nos EUA) e traduz-se rapidamente *The great cat niassacre* (1985 em França, 1984 nos EUA). *The Business of Enlightenment. A publishing History of the Encyclopédie*, Harvard Univ. Press, 1979 e *UAventure de VEncyclopédie. Un best-seller au siècle des lumières*. Paris, Perrin, 1982. *The Literary Underground...*, cit. nota (13) e *Bohème littéraire et Révolution. Le monde des livres au XVIIIème siècle*, Paris, Gallimard/Seuil, 1983. *Mesmerism and the end of the Enlightenment in France*, Harvard Univ. Press, 1968 e *La fin des Lumières, le mesmerisme et la Révolution*, Paris, Perrin, 1984. *The great cat massacre and other episodes in french cultural history*, New York, Basic Books, 1984 e *Le grand massacre des chats. Attitudes et croyances dans Vancienne France*, Paris, Robert Laffont, 1985.

(1') *A História Cultural, entre práticas e representações*, Lisboa, Difel, 1988.

(16) *Q grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa*, Rio de Janeiro, Graal, 1986, e *Boêmia Literária e Revolução. O submundo das letras no Antigo Regime*, São Paulo, Companhia das Letras, 1987.



das idéias, o estatuto do escritor setecentista, o progresso científico).

Mas a consagração institucional surgiu com a eleição de David Smith para uma vice-presidência e de Robert Darnton para a presidência da SIEDS. Dois investigadores da história da leitura, activos participantes nas secções onde estes temas eram debatidos, um canadiano, o outro americano, passavam a dirigir a Sociedade. Ao mesmo tempo especialistas em domínios e dirigentes de uma Sociedade onde até agora os europeus preponderavam. Se, com Henri-Jean Martin, François Furet ou Jean Ehrard, a leitura ganhara dignidade de objecto histórico, Robert Darnton, David Smith, Roger Chartier, Hans Lüsebrink, entre outros historiadores de uma geração que viu os seus primeiros textos publicados aquando do êxito de *Livre et société* e de *Livres, pouvoirs et société*<sup>(9)</sup>; conseguem conciliar num mesmo momento a abertura de novas pistas e a sua imediata consagração pela comunidade historiográfica internacional.

Mas não só em grandes colóquios se encontram as secções ou comunicações dedicadas ao livro e à leitura. Fazendo um apanhado de reuniões ocorridas nos últimos doze anos cujo tema se inscreva exclusivamente nesta área, verificaremos que a projecção deste domínio já não é uma novidade (").

---

(") **Cit. nota (9).**

(18) Exemplos: em 1977, o simpósio de Wolfenbüttel, «Buch und Buchhandel in Europa im Achtzehnten Jahrhundert» e o colóquio de Oxford sobre a edição no século XIX; em 1978, em Genève, o colóquio «Cinq siècles d'imprimerie genevoise»; em 1979, em Paris, o colóquio sobre a bibhografia material; em 1980, em Boston, o colóquio sobre os livros e a sociedade na história e, em Madrid, o colóquio sobre o livro e a leitura em Espanha e em França sob o antigo regime; em 1981, o 1.º colóquio do Instituto d'Etude du livre; em 1982, em Paris, o colóquio sobre os sistemas de comunicação e, em Atenas, o colóquio sobre o livro nas sociedades pré-industriais. Mais recentemente, a situação mantém-se, como provam; em 1987, em Nijmegen, o colóquio sobre a difusão e a leitura de jornais de língua francesa no antigo regime; em Wolfenbüttel, o colóquio sobre a recepção e leitura da *Histoire des deux Indes* de Raynal; em Dijon, o colóquio sobre a



Por outro lado, a idéia de internacionalização de um domínio e de uma problemática (embora grande parte dos estudos continuem a reportar-se às fontes francesas) é atestada pelo espaço concedido por publicações periódicas de todo o mundo <sup>Q^</sup>).

Esta realidade obriga a voltar a questionar a noção de «Grande História», representada pela grandeza da cultura (entendida essencialmente como literatura e filosofia), os seus padrões, os seus momentos decisivos. Tal noção, onde avulta o papel dos sujeitos históricos e o valorizar da inovação e da unicidade, pode admitir mesmo certas análises estruturais das idéias e decorre de uma história da cultura contraposta à insignificância dos suportes e dos dados de edições, ao estudo das «sub-versões» das grandes obras, à mistura de informações de diferente natureza. Já Jean Ehrard e Jacques Roger haviam defendido o interesse dos textos banais (medíocres?), se não para a história da literatura, pelo menos para a história das idéias <sup>(^o)</sup>. Mas, uma contraposição entre histórias, para além de marcar campos desnecessariamente estanques, traz consigo a questão das idéias e dos textos sem suporte e sem tempo.

O teatro é um caso exemplar deste problema. Não é possível identificar teatro e texto de teatro. Um auto não se contém num texto. Um auto será uma actualização num dado momento, onde (apenas) um dos componentes é verbalizado. E, tal como acontece com uma «Inês Pereira», a vida de «D. Quixote» não é dissociável de uma versão, de um suporte, de uma situação. A leitura seiscentista das aventuras do cava-

---

reprodução abusiva («pirata») do livro nos séculos XVI a XIX; finalmente, em 1988, em Haifa, o colóquio sobre imprensa de elite, imprensa popular e propaganda durante a revolução francesa.

(1<sup>o</sup>) Com um papel particular, a *Revue française d'histoire du livre*. O *Journal of Modern History*, o *Zeitschrift für Literaturwissenschaft und Linguistik*, ou o *Australian Journal of French Studies*, são também exemplos de locais da formação desse universo.

(2<sup>o</sup>) Jean Ehrard e Jacques Roger, «Deux périodiques français du 18<sup>ème</sup> siècle: le *Journal des savants* et les *Mémoires de Trevoux*. Essai d'une étude quantitative» in F. Furet, cit. nota (9), p. 34.



leiro de La Mancha não se confunde com qualquer versão televisiva dos nossos dias. Assim, o romance, a novela, o folheto político, o jornal ou o manual não representam idéias isoladas de um contexto, de um momento e de formas de comunicação. O estudo da lógica interna da produção de um dado objecto não é, pois, idêntico ao estudo do papel desse objecto, qualquer que seja o tempo considerado. Esta dissociação é válida para o momento da produção como para qualquer outro momento da existência do objecto.

Chartier, no Porto em 1987, ao referir precisamente a inexistência de qualquer texto fora do suporte que o dá a ler, afirmava que: «(...) Tespace dans lequel se construit le sens, a trop souvent été oublié, par les approches classiques qui pensent l'œuvre en elle-même, comme un texte pur dont les formes typographiques n'importent pas, mais aussi par la théorie de la réception qui postule une relation directe, immédiate, entre le «texte» et le lecteur, entre les «signaux textuels» maniés par l'auteur et «l'horizon d'attente» de ceux auxquels il s'adresse.» (").

Mas os historiadores não foram certamente, ao longo dos últimos vinte anos, os pioneiros destacados deste tipo de reflexão. Bem pelo contrário, os estudos literários e a sociologia mostraram preocupações cujos sentidos são próximos e que demonstram o esbater de certas fronteiras disciplinares, tanto no que diz respeito à definição de objectos, como às problemáticas e metodologias. A noção de interioridade e exterioridade de uma disciplina é, assim, de novo, posta em causa.

Tomemos as próprias críticas feitas por Chartier: a verdade é que, já nos anos setenta, os teóricos da «estética da recepção» sublinhavam o facto de estarem a acentuar o estudo do alcance social da prática receptiva e o estatuto do leitor enquanto sujeito ideológico e psicanalítico, em

---

(21) «Textes, imprimes, lectures» in *Problemáticas em História Cultural*, FLP/ICP, Porto, 1987, p. 197. Também no livro cit. nota (15), p. 127.



desfavor da relação entre texto, por um lado, e sujeito e processo de recepção, por outro, relação que tinha dominado os seus trabalhos iniciais (<sup>^</sup>). Embora estando ausente ainda a problematização do suporte da prática da recepção, havia, explícita, uma vontade de valorizar o tempo social do objecto-processo, num discurso essencialmente marcado pela hermenêutica, a estética, a semiótica e a pragmática. Mais recentemente, Siegfried Jüttner (<sup>^</sup>) veio mostrar como, nos estudos literários alemães, têm penetrado os textos e reflexões de historiadores da leitura como Darnton e Chartier, entre outros.

Que não se trata de uma convergência ficou claro na polémica que se seguiu à publicação de *The great cat massacre* (<sup>^\*</sup>). A discussão surge de questões que se põem aos vários domínios da cultura. Referiremos alguns, intimamente relacionados entre si, e que mostram como certas questões centrais para a história cultural têm sido objecto de debate a partir das investigações em história da leitura.

O primeiro problema que se coloca é o da própria definição de história da cultura (ou da escolha de um outro termo). Outros dois problemas, em debate nos estudos sobre a leitura (mas com implicações mais vastas), são a forma como se pensa e realiza a tão falada pluridisciplinaridade e, finalmente, as questões do método e da prova na investigação cultural e o seu fundamento epistemológico.

Chartier aborda a questão da terminologia empregue num artigo já traduzido em mais de um país e várias vezes

---

(22) o ponto de referência principal é H. R. Jauss, *Pour une esthétique de la réception*. Paris, Gallimard, 1978, onde estão traduzidos alguns textos chave deste autor, desde a sua lição inaugural de 1967. Ver também, Lucien Dällenbach, «Actualité de la recherche allemande», *Poétique* 39, septembre 1979, p. 260.

(23) Jüttner, «The status of the writer» in *Seventh International Congress on the Enlightenment: introductory papers*, Oxford, Voltaire Foundation, 1987, pp. 173-201.

(2\*) Cit. nota (14).



publicado em França (2<sup>a</sup>). História da cultura? História das idéias? História das mentalidades? História intelectual? A questão não decorre apenas de problemas semânticos, mas tem a ver com as tradições de cada país e de cada língua, associadas a uma prática historiográfica diferente.

Para Darnton, «cultura» é um termo demasiadamente associado àquilo a que temos chamado «Grande História». O tipo de problemática e objecto da história da leitura estaria mais ligado ao que, para os franceses, é (segundo Darnton, de forma imprecisa e incoerente) história das mentalidades mas a que, no seu caso, prefere chamar Antropologia histórica. Note-se que este conceito de Antropologia histórica não é idêntico ao praticado na historiografia francesa. Darnton refere o trabalho de Jacques Legoff e Le Roy Ladurie mas, em vez de proceder a uma abordagem histórica de objectos antropológicos, pretende fazer da antropologia a própria base da sua concepção de cultura. Daí resulta o serem tomadas como simbólicas todas as manifestações da actividade humana. Num documento escrito (ficção, relato ou discurso científico), toda a informação contribui para, em *The great cat massacre*, ser traçado um quadro dos anseios, dos medos, das representações do mundo, dos conflitos dos autores ou protagonistas.

Em *The great cat massacre* percorrem-se estratos variados da população francesa setecentista: o camponês com os seus contos, o tipógrafo e o relato de um conflito social «carnavalesco» (o massacre dos gatos), o burguês e a forma como descreve a cidade onde vive, o intelectual e o quadro dos conhecimentos humanos, o polícia e o seu trabalho de vigilância sobre o mundo das letras e, finalmente, na cor-

---

(25) «Intellectual or Sociocultural History? The french trajectories» in *Modern European Intellectual History. Reappraisals and Perspectives*, Cornell Univ. Press, 1982, pp. 13-46; reeditado sob o título (curiosamente transformado) «Histoire intellectuelle et histoire des mentalités. Trajectoires et questions», *Revue de Synthèse*, 111-112, 1983, pp. 277-307. Publicado também separadamente, em França, com ensaios de outros autores. Em português, ver nota (15), pp. 29-67.



respondência de um comerciante livreiro, o nascimento do gosto romântico. O ponto de partida é, basicamente, o mesmo fundo documental (a Sociedade Tipográfica de Neuchâtel).

Apesar de cada caso estudado corresponder a uma realidade social distinta, Darnton recusa a classificação de tipos para os seus personagens e, colocando-se fora da dicotomia história francesa - história anglo-saxónica, admite que o seu trabalho, talvez «científico» para a concepção francesa de ciências do homem, possa ser considerado «literatura» no mundo anglófono dos antropólogos (onde crê situar-se).

Curiosamente, enquanto, para Le Roy Ladurie, a prática da hermenêutica em Darnton visa unir o empirismo anglo-saxão à grande erudição francesa (<sup>^^</sup>), parte da crítica recebeu com reservas *Le grand massacre des chats*. As principais razões dessas reservas encontram-se em dois factos: a crítica da historiografia francesa, feita por Darnton, e, pior (para o orgulho francês), a sua tentativa de detectar (e com a convicção de o ter conseguido) uma identidade nacional francesa nas fontes que analisou.

A alegada existência de uma «Frenchness» e a repugnância anglo-saxónica pelas abstracções foram alvo da ironia de Mona Ouzouf. Para François Léger, as descobertas de Darnton nos contos tradicionais são do conhecimento de todas as crianças desde que começam a recitar La Fontaine na escola. Para Ran Halévi, Darnton propõe uma via de trabalho (e não um método) que não explora (<sup>^^</sup>)-

Mas as críticas mais desenvolvidas surgiram da parte de Roger Chartier (<sup>^</sup>-<sup>^</sup>). As suas duas principais objecções situavam-se nas próprias definições de cultura e de símbolo e na contradição que consiste em pretender detectar e, ao mesmo tempo, negar uma identidade. Ambas as questões têm a ver com a forma como se recorre à antropologia.

---

(26) *UExpress*, 7/6/1985.

(27) M. Ouzouf in *Le Nouvel Observateur*, 30/8/1985; F. Léger in *Aspects de la France*, 4/7/1985; R. Halévi in *Le Monde*, 14/6/1985.

(28) «Text, Symbols and Frenchness», *Journal of Modern History*, vol. 57, 4, 1985, pp. 682-695.



A primeira crítica pondera os conceitos de cultura e de símbolo que Darnton pretende transferir da antropologia para os estudos do séc. XVIII. A um conceito de cultura assente na natureza simbólica dos testemunhos, opõe-se um conceito de símbolo demasiadamente abrangente, na opinião de Chartier, tanto mais que é contraditório com a noção de símbolo presente nos próprios testemunhos.

Na segunda crítica, a questão está em saber se existe, no carácter do francês setecentista algo que seja típico da maneira de ser francesa (relação de longa duração com os nossos dias) ou se, pelo contrário, não é possível pensar esse carácter antigo a partir dos valores dos nossos dias? A dúvida deve-se apenas à forma contraditória como as duas questões coexistem no trabalho de Darnton.

De qualquer modo, *Le grand massacre des chats*, já com várias edições em França, veio confirmar o interesse suscitado por alguns tópicos dos livros anteriores de Darnton: uma constante é a atenção ao estranho, ao marginal, ao clandestino. Constante é também a conclusão sobre o papel de uma intelectualidade proletarizada na forma como se difundem as idéias, no modo como se age politicamente e, logo, na criação do ambiente pré-revolucionário francês. Rousseau dilui-se num ambiente onde as suas idéias circulam de forma mediatizada. A personalidade incendiária, o sujeito de idéias inovadoras perde o interesse no questionário do historiador. Persistem as idéias de transformação e de causalidade, mas atribuíveis a uma teia mais complexa de condições e agentes. Ao mesmo tempo, certos binômios são considerados inadequados, como o que opõe cultura erudita e cultura popular.

Chartier acrescentara a esse binômio o que contrapõe produção e consumo, e Roche enumera toda uma série posta em causa nas investigações recentes (criação-consumo, erudito-popular, escrito-oral, dominante-dominado, cidade-campo, Paris-província, imaginário-real) (").

---

(29) Chartier, «Histoire intellectuelle...», cit. nota (25), pp. 297-302 e também nota (15), pp. 54-61; Roche, cit. nota (13), pp. 19-20.



A partir da série de tópicos atrás expostos, é clara a razão do interesse que Pierre Bourdieu já manifestara pelos livros de Darnton, e o caminho percorrido por Chartier com aquele (e outros) sociólogo(s) (10). Estas situações estão longe de ser únicas e revelam a forma como problemas e conceitos circulam em terrenos, por vezes mal definidos, que escapam à rigidez das fronteiras disciplinares.

O problema que se mantém é o de saber até que ponto problemáticas e conceitos saídos de realidades determinadas se mostram operacionais em fontes tais como catálogos de livreiros, anúncios de jornal, registos de depósito legal ou de censuras, folhas de encomenda e cadernos de encargos de editoras, inventários post-mortem de bibliotecas, além dos próprios textos, entre as que têm sido objecto de maior atenção por parte dos investigadores da leitura. Por vezes de forma contraditória, mas sobretudo concorrente, a investigação levada a cabo por Darnton e Chartier pretende ser uma resposta pela positiva àquelas questões.

A possibilidade dessa resposta positiva liga-se aos fundamentos teórico-metodológicos que conduzem os inquéritos a que essas fontes são sujeitas. «Sociólogo da república das letras» (11) não preocupado com caracterizações sociais (de grupo) rigorosas (12), «etnólogo» (13) das fontes escritas, Darnton traz de novo à discussão do estudo da cultura o pro-

---

(30) P. Bourdieu, «Repères» in *Choses dites*, Paris, Minuit, 1987, p. 60 (texto publicado pela primeira vez em Amsterdam, em *Sociologisch Tydschrift*, X, 2/10/1983. Tinha então saído em França *Bohème littéraire et Révolution*, ver nota (14). Ver, também, Bourdieu e Chartier, «La lecture: une pratique culturelle», *Pratiques de la lecture* (dir. Chartier), Marseille, Rivages, 1985, pp. 217-239; e «Formation sociale et économie psychique: la société de Cour dans le procès de civilisation», prefácio a *La Société de Cour*, Paris, Flammarion, 1985, pp. 1-xxviii. Em português, nota (15), pp. 91-119.

(31) J. M. Goulemot, *Le Matin*, 30/7/1985.

(32) Caracterizações de classe (o burguês, por exemplo) são assimiladas à teorização marxista, não entendida senão como uma vulgata. Ver cap. 3 de *The great cat massacre*, cit. nota (14).

(33) L. Arenilla, *La Quinzaine littéraire*, 16/6/1985.



blema da quantificação  $Q^{\wedge}$ ). Recurso dominante (não só na história da leitura) nos anos setenta, o número foi visto como único esteio do rigor de muitas análises.

A crítica de Darnton não é nova. Já Furio Diaz, tinha assinado (em 1966) uma posição muito dura para com as virtudes e possibilidades do quantitativo no campo da cultura ( $\wedge$ ). Outros se lhe seguiram e ponto de referência essencial é Cario Ginzburg que escrevia em 1976: «No caso da história quantitativa das idéias, por exemplo, apenas a consciência da variabilidade, histórica e social, da figura do leitor poderá fornecer de maneira efectiva as premissas de uma história das idéias também *qtitalitativante* diversa» ( $\wedge$ ). A imagem que Darnton glosa é conhecida. Para a direita religiosa (Aries e Chaunu, por exemplo), as estatísticas bibliográficas revelam novas formas de caridade; para a esquerda laica (Vovelle e Chartier, por exemplo), os mesmos números

---

(3\*) O alvo principal são os pressupostos teóricos do artigo de Chaunu, «Un nouveau champ pour Thistoire sérielle: le quantitatif au troisième niveau» in *Mélanges en Vhonneur de Fernand Braudel*, 2, Toulouse, Privat, 1973, pp. 105-125. Darnton já mostrara reticências. A primeira vez terá sido em «Reading, vvriting and publishing in eighteenth century France: a case study in the Sòciology of Literature», *Daedalus (Historical Studies Today)*, Inverno, 1971, pp. 214-257, estudo republicado, com algumas alterações em *The Literary Underground...*, cit. nota (13). Críticas ao inquérito dirigido por Furet (cit. nota (9)) e, sobretudo, a Pottinger, *French Book Trade in the Ancien Regime, 1500-1791*, Harvard U. Press, 1958. Na mesma linha, saía, R. Frautschi, «A list of french prose fiction» in J. L. Mitchell, *Computers in the Humanities*, Minneapolis, U. Minnesota Press, 1973, muito criticado por Birn em «Le livre ancien français dans la recherche nord-américaine», cit. nota (8). Ver, Furet, «Le quantitatif en histoire» in *Faire de Vhistoire 1, nouveaux problèmes*, Paris, Gallimard, 1973. Em português, *Fazer História 1, Novos problemas*, Lisboa, Bertrand, 1977.

(35) «Método quantitativo e storia delle idee», *Rivista storica italiana*, 78, 1966, pp. 932-947.

(36) Cario Ginzburg, // *formaggio e i vermi. Il cosmo di un mugnaio del'500*, Turim, Einaudi, 1976. Citação da tradução brasileira, *O Queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*, São Paulo, Companhia das Letras, 1987, p. 30.



mostram o «aburguesamento» das visões do mundo ("). Está em causa o carácter arbitrário da estatística e, embora não explique o antagonismo existente, nem em que é que estas divergências são específicas da quantificação, Darnton converge com a grande maioria dos historiadores. As ilusões de cientificidade decorrentes do número como critério objectivo já morreram.

Para alguns, tais ilusões nunca existiram e, tendo tido posições críticas, não deixaram de recorrer à quantificação. É o caso de Jean Ehrard, um dos primeiros críticos na perspectiva da história das idéias. Ehrard, não só se integrou num projecto muito marcado pela quantificação — o estudo do universo do livro dirigido por Furet —, como ainda hoje procede a análises estatísticas de títulos existentes em bibliotecas (<sup>37</sup>). Pelo contrário, Chartier afastou-se de estudos seus dos inícios dos anos setenta onde, embora criticamente, alinhava no modelo então dominante em França (<sup>38</sup>). Citado com Vovelle no exemplo de *The great cat massacre*, Chartier tem hoje o que podemos considerar uma posição simétrica da do historiador da Revolução francesa. Ambos negam o antagonismo que se pretende ver no problema, defendendo a legitimidade (e a necessidade) de estudos diferentes. Mas, enquanto para Chartier, nos seus seminários e publicações, a prioridade está nos estudos de casos individuais, Vovelle mantém a tónica na necessidade da história serial (<sup>39</sup>). Aliás,

---

(37) *The great cat massacre*, cit. nota (14), conclusão.

(38) J. Ehrard, «Histoire des idées et histoire littéraire» in *Problèmes et méthodes de l'histoire littéraire, Colloque 1972*, Paris, Armand Colin, 1974, pp. 68-80. Ver nota (20). O trabalho recente sobre a biblioteca do colégio oratoriano de Riom entre 1618 e 1792 terá divulgação quando forem publicados os resumos de Budapeste (1987).

(39) Ver, Chartier, «Livre et espace: circuits commerciaux et géographie culturelle de la librairie lyonnaise au XVIIIème siècle», *Revue française d'histoire du livre*, 1-2, 1971, pp. 77-108 e Chartier e Roche, «L'histoire quantitative du livre», *Revue française d'histoire du livre*, ano 46, 16, 1977, pp. 477-501.

(40) Chartier (dir.), *Les usages de l'imprimé (XVe-XXe siècle)*. Paris, Fayard, 1987; e Michel Vovelle, «Histoire sérielle ou 'case studies'».



a construção de séries, a representação gráfica da informação, ou a contagem mais elementar não foram banidas por críticas como as de Darnton que também as tem utilizado em vários estudos.

O problema é talvez outro e, esse, está por resolver. É a questão da «prova» e do fundamento epistemológico nos estudos da cultura, a maior ou menor representatividade da (maior ou menor verdade -contida numa) investigação. Para Chartier é o próprio conceito de realidade aplicado ao passado que é hoje difícil de problematizar. «Les apories ou naïvetés historiennes en la matière tiennent sans doute à la confusion perpétuée entre une discussion méthodologique, aussi vieille que Lhistolre, sur la valeur et le signification des traces qui autorisent une connaissance médiate, indirecte des phénomènes qui les ont produites, et une interrogation épistémologique, généralement évitée par les historiens, peut-être parce-qu'elle paralyserait leur pratique, sur le statut même de la correspondance proclamée, revendiquée, entre leurs discours, leurs récits, et la réalité qu'ils prétendent reconstruire et rendre compréhensible» (").

Quando já é clara a não objectividade pura da quantificação, o seu carácter de construção do investigador, a sua arbitrariedade na validação de uma teoria, são as noções de globalidade, de conjuntos, que são postas em causa. A média tenderia a apagar a diferença, essa sim real, impondo uma «normalização» inexistente. Em contrapartida, a escolha do singular não tem de trazer o arbitrário. O singular (os singulares), embora irrepitíveis, são indício de práticas e concepções. Não é a curiosidade e a irrepitibilidade em si que chamam a atenção, e a natureza do «indício» pretende-se passível de validação. Daí, apesar da diversidade do singular,

---

vrai ou faux dilemme en histoire des mentalités» in *Histoire sociale, sensibilités collectives et mentalités, Mélanges Robert Mandrou*, Paris, PUF, 1985, pp. 3949.

(\*i) «L'histoire ou le récit véridique» in *Philosophie et histoire*, Paris, Centre Georges Pompidou, 1986, p. 129. Traduzido no livro cit. nota (15), p. 85.



manter-se a plausibilidade e a verificabilidade como critérios da escrita histórica. A história do singular, tal como Chartier e Darnton a defendem, «(...) n'est pas pour autant renoncer à établir quelques diagnostics d'ensemble, que d'autres études de cas devront réviser ou valider» (\*^). Não é, igualmente, oposta ao estudo de estruturas.

Fernando Belo, discutindo com Fernando Gil o singular nas ciências, diz que o historiador se interessa pelas regularidades do trigo, e não por um camponês e a sua produção singular «que tanto o preocupava a ele (camponês)», enquanto que já a psicologia singular do Marquês de Pombal deveria ser objecto de estudo ("). Neste momento, a situação é precisamente a inversa. O que realmente interessa a historiadores como Ginzburg, Chartier ou Darnton é o que pensou tal ou tal camponês (ou moleiro, ou tipógrafo), e daí poder reconstruir as suas vidas e representações.

Como caricatura Vovelle, a passagem «(...) d'une saisie globale macroscopique non seulement grossière, mais à la limite mystifiante, à l'étude au microscope s'impose comme une nécessité épistémologique» (\*\*). Vovelle recusa essa formulação, não porque discorde dos resultados dos trabalhos com base no individual, ou até da profundidade de análise que o estudo de casos permite, mas porque vê na argumentação aduzida a possibilidade de uma nova quimera: a verdade do testemunho supostamente mais directo, do indivíduo, a tipicidade do oral, contra a alegada mentira das globalizações.

O que Vovelle recusa é a oposição entre o individual e o colectivo como critério da verdade (ou da veracidade) de um discurso histórico. Como se, aos alegados realismos da

---

(^2) Chartier, livro cit. nota (40), p. 13.

(43) Ver, F. Gil, «nota IX» in *Provas*, Lisboa, INCM, 1986, pp. 127-141 (republicação com algumas alterações de uma comunicação publicada inicialmente na *Revista da FLL*, 1985), F. Belo, «As ciências e o singular». *Análise*, 5, 1986, pp. 135-139 e F. Gil, «O estatuto do singular», *Análise*, 5, 1986, pp. 141-149.

(\*\*) Vovelle, art. cit. nota (40), p. 44.



formalização sucedesse um novo realismo — o do «vivido», e, ao construído, sucedesse o contado. Se nos é permitido um jogo de palavras, diremos que a moda está contra as médias e as medianas. Porém, tanto na história serial como é entendida por Vovelle, como nos projectos dos estudos de casos, a «prova» como legitimação de verdades positivas não existe. A história do singular recusa a formalização ao nível da prova, mas mantém-se uma forte preocupação conceptual sobre que tem de assentar a pesquisa. É nesse sentido que se podem recusar os reducionismos de todas as espécies, e não apenas os que o estudo do singular por vezes declara combater.

Permanece, pois, como uma preocupação do investigador, não o apuramento de certezas, mas sim de possibilidades cujo assento último, citando Fernando Gil, «reside numa identidade tendencial da experiência humana (...)» (\*). A complexidade da relação entre o singular e o conjunto mantém válido, também para a história, o que Fernando Gil afirma para a generalidade das ciências humanas: «a compreensão do singular tem de assentar no *estrutural*, no *serial*, na *continuidade* (condições de cientificidade enquanto tal), mas também no reconhecimento do papel decisivo da *continência* e do *acaso* na construção das situações» (\*").

A denúncia de certas práticas do historiador (como o recurso à quantificação) começou por partir da distinção de realidades cuja natureza seria diferente. O legítimo em demografia ou em história económica não o era com factos culturais. Neste campo porém, onde estes debates se movem, verifica-se que as preocupações teóricas são mais vastas e que o problema da validação das explicações ou dos relatos não tem apenas a ver com a diferença entre natureza das «realidades». É a própria noção de realidade histórica que deve ser pensada. A produção e o debate no seio da história da leitura, com todas as críticas a que está sujeita, vem mostrar a vitalidade deste campo, no seio dos estudos da cultura.

---

(\*5) F. Gil, *Provas*, cit. nota (43), p. 141.

(\*6) F. Gil, «O estatuto do singular», cit. nota (43), p. 142.